

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 10/08/2023.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE DIRETORES DE ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO CLARO**

LÍGIA MARIA SCIARRA BISSOLI

**Rio Claro-SP
2022**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE DIRETORES DE ESCOLA DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO CLARO**

LÍGIA MARIA SCIARRA BISSOLI

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joyce Mary Adam

**Rio Claro-SP
2022**

B623c Bissoli, Lígia Maria Sciarra
Construções identitárias de diretores de escola da Rede Municipal
de Ensino de Rio Claro / Lígia Maria Sciarra Bissoli. -- Rio Claro,
2022
261 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Joyce Mary Adam

1. Identidade. 2. Gestão escolar. 3. Diretores de escola. 4. Rede
Municipal de Ensino de Rio Claro. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

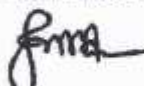
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A IDENTIDADE DO DIRETOR DE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO CLARO

AUTORA: LIGIA MARIA SCIARRA BISSOLI

ORIENTADORA: JOYCE MARY ADAM

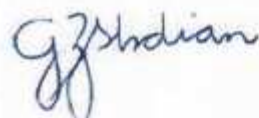
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. JOYCE MARY ADAM (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP



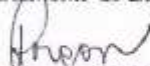
Prof. Dr. CELSO LUIZ APARECIDO CONTI (Participação Virtual)
Departamento de Educação / Universidade Federal de São Carlos – SP



Prof(a). Dr(a). GRAZIELA ZAMBÃO ABDIAN (Participação Virtual)
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília



Profa. Dra. RAQUEL FONTES BORCHI (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro – SP



Profa. Dra. CLAUDIA APARECIDA SORGON SCOTUZZI (Participação Virtual)
Diretoria de Ensino de Limeira / Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SP

Rio Claro, 10 de agosto de 2022

Título alterado para:
CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE DIRETORES DE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO CLARO

Dedico essa tese ao meu parceiro de caminhada, José Joel Bissoli, que ao meu lado desafia o conceito de metamorfose, pois a essência do que sentimos continua imutável.

Agradecimentos

A gratidão é não somente a maior das virtudes, é
também a mãe de todas as outras.
Cícero

A Deus, por permitir a concretização de mais um sonho.

Aos meus amados e queridos pais, que perdi pelo caminho, mas estavam presentes em essência, em todos os momentos desse percurso, orgulhosos dessa conquista.

Ao Joel, meu marido, obrigada pelo companheirismo e tolerância.

À família que me acolheu, sogros, cunhados e sobrinhos, que não me deixaram experimentar desânimo e solidão.

À minha orientadora, Professora Dra. Joyce Mary Adam, amiga prestativa e gentil, que me orientou pelos caminhos dessa pesquisa com comprometimento, paciência e muita competência. Obrigada pela confiança e colaboração.

Aos companheiros e amigos que fiz durante o doutorado, guardarei com carinho os momentos compartilhados nos estudos.

Aos amigos que possibilitaram que essa caminhada fosse mais leve: Lígia, Patrícia, Anderson, João Marcos, Luciane, Adriana, Denise, Renice.

Aos professores do Departamento de Educação da UNESP Rio Claro, minha segunda casa desde a graduação.

À banca examinadora de qualificação e defesa, professora Dra. Graziela Zambão Abdian, professor Dr. Celso Aparecido Conti, professora Dra. Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi e Professora Dra. Raquel Fontes Borghi pelas valiosas contribuições e sugestões conferidas a este trabalho.

Aos diretores aposentados e em exercício, que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, enriquecendo o trabalho com considerações pertinentes. Andorinhas e verões que se encontraram em um rico aprendizado.

Aos funcionários da Secretaria de Educação: RH, Biblioteca e Departamento Pedagógico, que garantiram o acesso aos documentos necessários, sempre prestativos e gentis.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Município e da Biblioteca da Câmara Municipal de Rio Claro, pela disponibilização dos demais documentos.

Muito obrigada!!!

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

Guimarães Rosa (1994, p. 24-25)

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo central compreender como vem sendo construída a identidade dos diretores de escola do município de Rio Claro-SP e os fatores sociais e históricos que acompanham essa constituição. No intuito de aprofundar as investigações, foi analisada a identidade desse profissional não somente pela ótica de sua subjetividade, mas compreendendo a constituição da identidade como resultado da interação social do indivíduo, de sua trajetória profissional e da política educacional em vigor nos diferentes momentos históricos. A fim de alcançar esse propósito, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como procedimentos metodológicos a análise documental, a pesquisa bibliográfica e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com diretores de escola do município, aposentados e em exercício. Nesse processo, foi efetuado um estudo sobre o surgimento do cargo de diretor e como foi sendo configurada a sua identidade ao longo do tempo. Descreveu-se também a história da constituição da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, a forma como o diretor escolar foi inserido nesse processo e a evolução de sua participação no sistema de ensino local. Além disso, por meio da análise das entrevistas com diretores aposentados e em exercício, procurou-se investigar como eles compreendem o seu papel dentro da instituição escolar. Utilizou-se, como arcabouço teórico, a abordagem de autores cujos estudos versam sobre a constituição das configurações identitárias, sua reprodução e transformação, especialmente Claude Dubar e Antonio da Costa Ciampa, recorrendo-se subsidiariamente a outros estudiosos que desenvolveram trabalhos sobre os aspectos da liderança e gestão escolar. Os resultados indicam que a configuração da identidade do diretor de escola é um processo contínuo, inacabado e não linear, sujeito a idas e vindas de acordo com as transformações trazidas pelos contextos históricos e sociais que se apresentam, influenciando a maneira como se enxerga, como é retratado nos documentos oficiais e como é visto por terceiros com os quais se relaciona. Essa perspectiva externa pode ser acolhida ou recusada, gerando uma identidade de continuidade ou de ruptura, de não metamorfose ou de emancipação. As narrativas das diretoras revelam a necessidade de uma relação mais estreita com as instâncias superiores e uma formação que compreenda a organização de espaços para troca de ideias e reflexão sobre suas práticas administrativas, pedagógicas e relacionais. Essas relações somente podem ser melhoradas se houver um rompimento com a perspectiva tradicional que estabelece ao diretor uma postura centralizadora e um perfil identitário de mero executor, representante das instâncias superiores na escola e não um representante da escola perante as instâncias superiores.

Palavras-chave: Identidade. Gestão escolar. Diretores de escola. Rede Municipal de Ensino de Rio Claro.

ABSTRACT

The present research main objective was to comprehend how school principals' identities in the city of Rio Claro-SP have been constructed and the social and historical factors which accompanied such construction. To extend investigations, their identities were analyzed not only from their subjective points of view, but also with the understanding of their identities as being the result of each individual's social interactions, of their professional trajectory and of educational policies existing in different historical moments. To accomplish such analysis, a study of qualitative nature was developed with the adoption of the methodological procedures of document analysis, bibliographical research and conduction of semi-structured interviews with retired and active principals of schools in the city. In the process, studies were performed regarding the creation of the position of school principal and how its identity was shaped along the years. The history of the formation of the city of Rio Claro educational system was also analyzed, as well as the way in which the school principal was introduced in the formation process and their participation in the local school system. Additionally, through the inspection of the content of semi-structured interviews with retired and active school principals, it was investigated how each school principal understood their role in the educational institution. As theoretical framework it was used the approach of authors whose studies examine the constitution of identity configuration, its reproduction and transformation, specifically Claude Dubar e Antonio da Costa Ciampa, with supplementary resort to researchers who developed works about aspects of school leadership and management. Results showed that the structuring of the school principal identity is a continuous process, unfinished and non-linear, subject to adjustments resulting of transformations caused by historical and social circumstances, both of which are determining to their perspective of themselves, to their depiction in official documents and to their image before third parties with whom they interact. This external appearance might be accepted or refused, what may create an identity of continuity or of rupture, of non-metamorphosis or of emancipation. The school principals' narratives reveal the need to narrow their relationship with superior positions and to develop skills that allow the creation of opportunities for idea exchanging and for the development of administrative, pedagogical and relational practices contemplation. These relationships can only be improved if there is a rupture in the traditional perspective that institutes the school principal as a centralizing role and with an identity profile of a mere agent, representing superior positions of the school instead of being a representative of the school to its superior positions.

Keywords: Identity. School management. School principals.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atribuições da diretora de escola - artigo VIII do Regulamento do Parque Paulo Koelle.....	104
Quadro 2	Atribuições do diretor de escola municipal, conforme artigo 6º, II, da Lei nº 2.081/86	113
Quadro 3	Titulação Computada como Pontos no 1º Concurso para Diretor de Escola em Rio Claro.....	117
Quadro 4	Classificação do Concurso de 1986 para Diretor de Escola	118
Quadro 5	Atribuições do diretor de escola municipal, conforme anexo II do Estatuto de 2007	132
Quadro 6	Caracterização dos Entrevistados no ano de 2019.....	146
Quadro 7	Estruturação da Análise dos Dados	150

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	252
Apêndice B	Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	254
Apêndice C	Roteiro de Entrevista.....	259

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Aposentada
APM	Associação de Pais e Mestres
CEE	Conselho Estadual de Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
EE	Em exercício
FUNDEB	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação Básica
HTPC	Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo
HTPI	Horas de Trabalho Pedagógico Individual
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEB 2	Professor de Educação Básica II
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 IDENTIDADE.....	30
1.1 Apontamentos conceituais	30
1.2 A escola como local de socialização e construção de identidades	49
1.3 A construção da identidade do diretor no espaço escolar.....	54
1.4 A liderança no contexto escolar e a construção da identidade	58
1.5 Identidades oficiais: o que é pressuposto ao diretor?	61
1.6 O contexto histórico e social na construção da identidade profissional	65
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO DIRETOR DE ESCOLA	69
2.1 A trajetória do diretor de escola do período jesuíta ao surgimento dos grupos escolares	70
2.2 A influência das atribuições do diretor de escola em São Paulo na sua configuração identitária.....	83
2.3 Os primeiros passos do ensino no município de Rio Claro.....	97
2.4 A consolidação da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro: identidades em construção	103
2.5 O movimento de construção do primeiro Estatuto do Magistério Municipal e a sua influência nos primeiros concursos para o cargo de diretor de escola	108
2.6 O novo Estatuto do Magistério Municipal, o Plano de Cargos e Salários e suas repercussões nos concursos seguintes para o cargo de diretor de escola	131
2.7 Síntese histórica do papel do diretor de escola na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro.....	141
3 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NA PERSPECTIVA DOS DIRETORES.	144
3.1 O Ingresso no magistério e a escolha pela gestão escolar.....	150
3.1.1 As formas identitárias categorizadas por Dubar, manifestadas pelos diretores	151
3.1.2 Os elementos que influenciaram a escolha pela gestão.....	153
3.1.3 A mudança na forma de provimento do cargo de diretor de escola e sua influência na configuração das identidades.....	159
3.1.4 Os aspectos simbólicos envolvendo a direção escolar.....	166
3.2 Formação continuada	169
3.2.1 A carência de formação específica para os gestores escolares	170
3.2.2 A demanda por uma formação multidisciplinar	174
3.3 Relações no ambiente de trabalho.....	176
3.3.1 Relação com a equipe gestora	176
3.3.2 Relação com os professores e demais funcionários da escola	181
3.3.3 Participação dos pais e responsáveis.....	183
3.3.4 Relações com as Instâncias Superiores.....	187

3.4 Rotina e condições de trabalho.....	193
3.4.1 A Sobrecarga de trabalho e o excesso de tempo dedicado à burocracia.....	193
3.5 Conceituação da Função	199
3.5.1 Mudança da função do diretor ao longo do tempo.....	199
3.5.2 Características esperadas do gestor escolar.....	201
3.5.3 Reconhecimento e valorização.....	205
3.5.4 Autodefinição do diretor de escola.....	214
3.5.5 A dinâmica das identidades na visão dos diretores escolares.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS.....	236
APÊNDICES.....	252
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	252
APÊNDICE B - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	254
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista.....	259

INTRODUÇÃO

O mundo está em constante transformação, tratando-se de uma característica que acompanha a sociedade humana desde o tempo em que os fatos históricos começaram a ser registrados. Na área educacional, novas demandas suscitam debates a respeito da qualidade do ensino e indicam a necessidade de um olhar mais amplo para a instituição escolar, seus sujeitos e sua organização.

Uma escola é algo mais abrangente do que somente dependências físicas, programas e rotinas. É espaço de interação, local onde pessoas se reúnem e se conhecem, ensinam e aprendem, convivem com outros indivíduos e entram em contato com a diversidade de pensamento inerente ao ser humano, exercendo e sofrendo influência por conta dessa socialização. Tal realidade repercute na forma como cada sujeito reage aos fenômenos que o rodeiam, permitindo que sejam constantemente reavaliadas determinadas condutas, em virtude das reflexões resultantes desse processo dialógico.

Essa afirmação se aplica a todos os integrantes da comunidade escolar, professores, pais, alunos, funcionários, não sendo diferente com os membros da equipe gestora, particularmente o diretor de escola, que vai configurando sua identidade por meio das relações sociais e de trabalho (DUBAR, 2005), as quais se desenvolvem sob as mais variadas circunstâncias.

As transformações da sociedade e do cenário educacional requerem do gestor diferentes posturas, de acordo com a época em que se situa, pois as configurações identitárias devem ser consideradas em processos históricos específicos e em contextos simbólicos próprios, nunca sendo dadas, sempre sendo construídas e reconstruídas “em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p. 135).

Nesse contexto, a presente tese se propõe a discutir e analisar a dinâmica de construção da identidade dos diretores de escola do município de Rio Claro-SP, à luz dos documentos oficiais que definem seu perfil e por meio das narrativas desses profissionais, ao discorrerem sobre sua atuação na prática cotidiana, observando como se descrevem e interpretam o seu papel no âmbito do sistema de ensino e, especificamente, dentro do recinto escolar.

Levando em conta que a relevância de uma pesquisa transcende a análise dos dados, compreendendo todo o processo de elaboração de um trabalho acadêmico em suas diferentes fases, pretende-se, de início, relatar resumidamente o movimento de investigação deste estudo, expondo as ações adotadas no intuito de alcançar os objetivos traçados.

Escolher um problema de pesquisa, segundo Laville e Dionne (1999), envolve a observação do ambiente de vida, procurando nele uma situação problemática qualquer que a pesquisa possa compreender e eventualmente colaborar para a sua modificação.

Partindo dessa premissa e considerando que todo problema de pesquisa possui uma história, pode-se afirmar que, no caso do presente trabalho, a escolha do tema levou em consideração as experiências de vida da pesquisadora e a percepção de que é necessário um aprofundamento dos estudos em sua área de atuação, a gestão escolar, identificando possibilidades de melhoria. Discorrer sobre tal opção implicou revisitar os caminhos que conduziram seu olhar para a questão da identidade, fato que remete à sua própria trajetória profissional, primeiramente como docente e depois como diretora.

A experiência de alguns anos na carreira do magistério, em cargos distintos dentro da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, possibilitou uma visão abrangente sobre os papéis desempenhados pelos diferentes atores que interagem no espaço escolar, reconhecendo-se tanto a importância da docência quanto da gestão na instauração de um clima harmonioso dentro da instituição.

O interesse em aprofundar os estudos sobre as questões que envolvem a construção da identidade originou-se no desejo de compreender como os diretores desenvolvem comportamentos e maneiras de agir, despertado sobretudo pelo ingresso da pesquisadora na direção de uma unidade escolar.

A imersão na prática cotidiana mobilizou seus sentidos e aguçou sua curiosidade quanto às diferentes possibilidades de exercer a gestão, uma vez que a atuação do diretor tem suas particularidades, por envolver tarefas e desafios de maior amplitude.

Entre outras ponderações, percebeu-se que, embora fosse dada ênfase ao discurso de gestão democrática na área educacional, não foi totalmente superada a

imagem do diretor como autoridade incontestável no ambiente escolar, mantendo-se fortes resquícios dessa concepção no imaginário dos demais integrantes da comunidade, apesar de terem sido vislumbradas ações, ainda que pontuais, objetivando uma reformulação desse pensamento.

Assim, na medida em que as relações acontecem dentro da escola, mesmo havendo uma abertura maior para a participação da comunidade nas deliberações, a pesquisadora observou que a tradição centralizadora se perpetua de maneira marcante em muitos momentos, principalmente diante de situações envolvendo a tomada de decisões, quando cresce a expectativa pelo posicionamento do diretor, aguardado para dar andamento às discussões, antes da adoção de uma solução definitiva.

Essa característica não se limita aos aspectos comportamentais dos sujeitos, incorporando-se também aos atos e normas editados pelas instâncias superiores, os quais concentram na pessoa do diretor uma gama de encargos não condizente com o discurso em favor da descentralização inerente à gestão democrática. Tais ações, que alicerçam a maneira como essas instâncias oficiais compreendem as atribuições do diretor, confirmaram as percepções iniciais da pesquisadora, quando de seu ingresso nesse cargo.

O descompasso entre o modo como seus interlocutores entendem que um diretor deve agir e a maneira que a pesquisadora compreende sua função provoca uma constante reavaliação de sua postura, numa tentativa de ajustar a identidade para si, representada pelo que ela quer ser, à identidade para o outro, aquela que terceiros desejam que ela seja, em uma espécie de negociação contínua, nos moldes teorizados por Dubar (2005). Essa realidade, observada em vários momentos da trajetória profissional da pesquisadora, causou um aumento de seu interesse em investigar quais fatores colaboram para que o diretor continue sendo visto dessa maneira, como autoridade máxima, e de que forma essa visão externa interfere na sua percepção sobre si.

A fim de responder tais indagações e acreditando na necessidade de formação contínua como elemento possibilitador de reflexão, a pesquisadora resolveu cursar uma disciplina em nível de pós-graduação, abordando o tema gestão escolar, a qual ofereceu uma rara oportunidade de interação e compartilhamento de experiências

com os colegas de classe, além de estimular as leituras de autores que se debruçam sobre o tema, trazendo novas perspectivas acerca dos fundamentos da gestão educacional.

Diferentemente de outras formações oferecidas, de amplitude genérica ou mais direcionadas aos profissionais docentes, os tópicos da disciplina tratavam de temáticas relativas à administração escolar, ao trabalho do gestor e à influência de sua atuação no clima organizacional da escola, dando ensejo a uma ponderação sobre o que se espera desse profissional e os aspectos socioculturais que sedimentam essas expectativas.

Entre os assuntos abordados, o tema identidade chamou a atenção de maneira especial. Nessa disciplina, ocorreu um primeiro contato com os estudos de Claude Dubar, versando sobre a construção das identidades pessoais e profissionais, decorrentes das interações sociais.

Durante as pesquisas complementares, a pesquisadora tomou conhecimento das obras de Antonio da Costa Ciampa, que aborda esse assunto pela ótica da psicologia social, constituindo-se num material adicional cujo conteúdo contribuiu para a compreensão do fenômeno de configuração e reconfiguração identitárias.

O aprofundamento no referencial teórico permitiu uma reflexão acerca de sua prática como gestora e sobre os elementos que influenciam a sua conduta. As discussões ocorridas na disciplina e o refinamento das leituras apontaram caminhos e provocaram questionamentos a respeito de como os diretores de escola constroem a sua identidade e a forma como buscam soluções para os problemas enfrentados no cotidiano.

Na medida em que o interesse foi se desenvolvendo, os seus questionamentos se multiplicaram, passando a abranger o modo como a gestão escolar era concebida nos diferentes períodos da história, despertando especificamente a curiosidade de conhecer mais sobre a atuação do diretor de escola da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, onde exerce essa atribuição.

Dessa forma, a pretensão de aprofundar os estudos em nível de doutorado é consequência do desejo de compreender as maneiras como o diretor se vê, como ele entende o seu trabalho e o que influencia essa visão, surgindo assim a intenção de dar início a uma pesquisa relacionada ao tema “identidade do diretor de escola”, em

que fosse examinada a influência dos processos relacionais e do contexto sócio-histórico no modo como o diretor se narra e se interpreta, e se ao longo de sua trajetória profissional ocorreram alterações significativas nessa visão.

Objetivos

No intuito de responder a essa problematização, elegeu-se como **objetivo geral** compreender como vem sendo construída a identidade de diretores de escola na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro-SP e os fatores sociais e históricos que vêm acompanhando essa constituição.

A fim de alcançar o referido objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- desenvolver um levantamento histórico sobre o surgimento do cargo de diretor de escola e o perfil desse profissional, focalizando aspectos que permitam inferir como foi se configurando sua identidade ao longo do tempo;
- descrever como ocorreu a construção da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, a forma como o diretor de escola foi inserido nesse processo e a evolução de sua participação no sistema de ensino local;
- investigar e analisar como os diretores de escola, sob o seu ponto de vista, definem o seu papel dentro da instituição escolar.

Depois de ter sido superada a fase de escolha do tema, da problematização e da delimitação dos objetivos, as atenções se concentraram na seleção da abordagem mais adequada para atingir os propósitos traçados, decidindo-se pela pesquisa na modalidade qualitativa, em virtude da especificidade e da natureza do problema que se pretendeu estudar.

Ao contrário do método quantitativo, “que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente” (ANDRÉ, 1995, p. 17), o enfoque qualitativo coaduna-se com o escopo do presente trabalho, permitindo que seja compreendida a dinâmica da constituição identitária dos diretores, considerando o contexto social em que se desenvolvem e as narrativas pessoais, pois “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO *et al.*, 2002, p. 22).

Na opinião de Flick (2009), não é fácil encontrar uma definição uniforme de pesquisa qualitativa que seja aceita pela maioria dos pesquisadores, já que ela deixou de ser apenas a “pesquisa não quantitativa”, desenvolvendo uma ou talvez várias identidades próprias. Mesmo reconhecendo a existência de muitos enfoques sobre a pesquisa qualitativa, o autor acha possível identificar alguns atributos comuns a esse recurso, que visa a entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de diversas maneiras diferentes:

Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia.

Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material.

Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou músicas) ou traços semelhantes de experiências ou interações (FLICK, 2009, p. 8, grifo nosso).

No caso específico deste estudo, a fim de examinar os componentes socioculturais que podem ter influenciado a configuração da identidade dos diretores de escola, recorreu-se à análise dos aspectos históricos descritos em livros e documentos, os quais constituem uma importante fonte de dados para compreender a cultura instituída e os eventos sociais a partir de sua materialidade, facilitando o entendimento de como esse profissional concebia a sua função e de como ele era visto pelas instituições e demais sujeitos com quem interagiu.

Um outro recurso não menos relevante, à disposição daqueles que se propõem a efetuar uma pesquisa de natureza qualitativa, é a realização de entrevistas, ouvindo os indivíduos que têm algum tipo de vínculo com o assunto pesquisado:

Muitos pesquisadores de orientação qualitativa fazem seu trabalho de campo através de observação e entrevista, empregando muito do seu tempo no local da pesquisa, em contato direto com os sujeitos. Registram suas notas, analisam seus dados e escrevem os resultados obtidos, incluindo descrições de trechos de conversas e diálogos (GODOY, 1995, p. 62).

A aplicação de entrevistas a um grupo de diretores de escola, selecionados entre aqueles que efetivamente exerceram ou vêm exercendo tal atribuição, trouxe voz e visibilidade a uma parcela significativa desses profissionais, proporcionando a coleta de um material de grande interesse, que auxiliou a pesquisadora a melhor compreender o universo de estudo sob a ótica dos próprios sujeitos, os quais, por meio desse procedimento, puderam narrar a sua trajetória pessoal e profissional,

descrevendo seu contexto de atuação e evidenciando a importância da instituição como lugar de construção de memórias e de identidades.

Assim, foi dedicada uma atenção especial à investigação das referências históricas, encontradas em normas e em trabalhos escritos, alusivas à criação e evolução do cargo de diretor de escola, bem como nos discursos dos entrevistados, observando suas posturas, atitudes e expressões gestuais manifestadas durante os diálogos.

Nesse processo, procurou-se manter uma cautela constante em relação à vinculação dos dados coletados com os objetivos propostos, para que se preservasse uma coerência entre ambos, porém, sem afastar a possibilidade de que alguns quesitos inusitados, não identificados previamente, fossem examinados a fim de verificar a sua pertinência para propiciar um melhor entendimento do tema.

Com base nessas considerações, confirmou-se que a pesquisa qualitativa é a abordagem mais adequada ao presente estudo, constituindo um valioso método investigativo que ofereceu a possibilidade de explorar a constituição identitária dos diretores a partir de suas próprias narrativas e de uma perspectiva histórica e social.

Procedimentos metodológicos

O município de Rio Claro foi escolhido como espaço para a realização da pesquisa, por se tratar da localidade onde a pesquisadora atua profissionalmente, permitindo conjugar sua experiência profissional com os estudos que desenvolve, além de haver menor dificuldade para um acesso mais amplo à documentação de interesse e aos sujeitos participantes. Ponderou-se também que essa escolha torna mais concreta a possibilidade de utilização dos resultados das investigações.

Ademais, a aludida Rede de Ensino apresenta algumas peculiaridades quanto à evolução histórica do cargo de diretor, merecendo destaque o fato de que as designações de diretores inicialmente eram feitas por indicação, evidenciando a presença de uma marcante influência política nesse processo, até que no ano de 1987, foi instituído o concurso público de provas e títulos como forma de ingresso, tendo havido, na normatização desse certame, uma participação importante das diretoras que exerciam interinamente tal função, o mesmo ocorrendo na elaboração do primeiro Estatuto do Magistério de 1986, evidenciando uma identidade política e

uma consciência de classe que se mostraram decisivas na defesa de suas prerrogativas naquela ocasião.

Por não terem sido localizados textos acadêmicos abordando especificamente a construção identitária dos diretores de escola rio-clarenses, considera-se que este trabalho é caracterizado por uma originalidade que torna mais instigante o seu desenvolvimento. Devido à vinculação dos temas, ao estudar os diretores de escola, a pesquisadora também analisou a Rede Municipal de Ensino, como espaço de socialização do qual o diretor faz parte, tendo em vista que a identidade se constitui por intermédio das relações sociais.

Como percurso metodológico, foi utilizada uma abordagem multifacetada, compreendendo diferentes modalidades de coleta de dados, abrangendo a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

A utilização de instrumentos variados amplia o horizonte do conhecimento, requerendo um esforço intelectual que pode facilitar a obtenção de melhores resultados nas investigações científicas, propiciando uma variedade de enfoques na interpretação dos fenômenos que sejam alvo de observação, aplicando-se esse raciocínio ao problema escolhido como objeto desta tese.

Para melhor compreensão da contribuição de cada instrumento metodológico, a seguir será apresentada uma breve síntese do significado de cada um deles.

Pesquisa bibliográfica

Envolvendo a criação de algo novo ou propondo um olhar mais refinado para um aspecto particular de algum elemento existente, toda pesquisa usualmente tem como ponto de partida uma base epistemológica que lhe antecede, fundamentada em uma produção resultante do trabalho realizado por outros pesquisadores.

Partindo desse pressuposto, considera-se indispensável consultar as obras que tenham alguma afinidade com o tema analisado, no intuito de aferir a relevância de seu conteúdo e sua capacidade de auxiliar a investigação que se pretende desenvolver, tentando agregar ao conhecimento já produzido uma perspectiva inovadora.

Lakatos e Marconi (1992) defendem que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, é aquela que corresponde ao levantamento da bibliografia composta por

livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi redigido sobre um determinado assunto.

Na visão de Gil, a pesquisa bibliográfica envolve a análise de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, tendo como maior vantagem o fato de contemplar uma gama de fenômenos bem mais abrangente do que aquela pesquisada diretamente, sendo especialmente importante quando o problema examinado requer dados que se encontram muito dispersos, acrescentando que essa modalidade de pesquisa é indispensável nos estudos históricos, pois “em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários” (GIL, 2008, p. 50).

Severino (2007) esclarece que a pesquisa bibliográfica utiliza dados ou categorias teóricas devidamente registrados, já trabalhados por outros pesquisadores, de modo que esses textos tornam-se fontes para o pesquisador atual, o qual recorre às contribuições dos autores de estudos analíticos anteriores.

Guiando-se por essas premissas, procedeu-se ao levantamento, à seleção e à leitura dos textos que abordam o assunto, consultando exemplares impressos e várias bases de dados eletrônicas, a fim de recuperar o que já foi produzido de conhecimento científico acerca das diferentes concepções sobre identidade, articuladas com a realidade da gestão escolar, privilegiando especificamente os estudos a respeito da constituição identitária pelo enfoque da sociologia, baseando-se nos estudos de Dubar (2005), e pelo prisma da psicologia, fundamentando-se nas ideias de Ciampa (1989).

Apesar de priorizar os aspectos supracitados, alguns outros temas não menos importantes também receberam atenção, como as questões atinentes à liderança no ambiente escolar e às práticas de gestão educacional, devido à correlação desses assuntos com o problema central da pesquisa.

Durante o mapeamento das fontes bibliográficas, foi possível observar que, apesar de haver um interesse crescente no processo de constituição da identidade dos atores que trabalham nas escolas, a maioria dos textos examinados é voltada para a compreensão dos perfis identitários de docentes, coordenadores pedagógicos e alunos, sendo poucas as referências à identidade do diretor e ainda mais raras

aquelas que abordam esse tema conjugando a perspectiva histórica com a visão do próprio sujeito pesquisado.

Esse estágio da pesquisa é relevante por ser um momento de contato com uma variedade de narrativas formuladas por estudiosos que previamente abordaram o assunto, ainda que por uma ótica diferente. A consistência do referencial teórico proporcionou à pesquisadora uma maior clareza no tratamento dos dados gerados pelas entrevistas e pelas informações obtidas mediante análise das fontes documentais.

Pesquisa documental

Na fase de planejamento da pesquisa, concluiu-se que era necessário promover uma imersão na história da educação, voltada aos aspectos relativos à trajetória dos diretores escolares no Brasil, desde a instalação das instituições jesuítas sob a liderança de seus reitores, passando por uma longa etapa em que grande parte dos locais de aprendizagem se resumiam a uma sala de aula isolada, regida e administrada por um único mestre, até se chegar ao modelo de classes agregadas num mesmo espaço físico, em colégios primários particulares, nos liceus públicos secundários e nos grupos escolares criados em São Paulo, cuja administração e coordenação ficavam a cargo de um diretor.

O passo seguinte foi acompanhar, nos limites deste Estado, como ocorreu a evolução do papel do diretor de escola ao longo do tempo, concentrando-se na análise das suas atribuições. Depois disso, as atenções se voltaram para a constituição da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro e na inclusão do diretor em seu quadro funcional. Além de valer-se das fontes bibliográficas, as pesquisas focadas nesses tópicos desenvolveram-se com base em consulta às normas e documentos expedidos pelos órgãos governamentais.

Bell considera que a maioria dos projetos de ciências da educação exige uma análise documental, que serve de complemento às informações obtidas por outros métodos ou constitui o método de pesquisa central. A autora explica que os documentos podem constituir fontes primárias ou secundárias, afirmando que as primeiras são aquelas produzidas durante o período a ser investigado, ao passo que “as fontes secundárias são interpretações de eventos desse período baseadas em fontes primárias” (BELL, 2010, p. 104).

Reportando-se à pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2017) entendem que ela se caracteriza pela coleta de dados em documentos escritos ou não, chamados de fontes primárias, pertencentes a arquivos públicos, particulares, de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. As autoras definem como fontes primárias os materiais que ainda não receberam tratamento, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações e que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica.

Gil teoriza que o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas no tocante à natureza das fontes, pois “enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 51).

É inquestionável que o manuseio dos documentos merece uma atenção especial durante todo o percurso exploratório, envolvendo a localização, a coleta, a seleção das fontes e a sua análise criteriosa, para que sejam alcançadas interpretações fidedignas e coerentes, articuladas à teoria, a fim de procurar responder à questão do estudo.

Nesse processo, a primeira etapa consistiu na localização e organização dos documentos, valendo-se de apontamentos oficiais que fazem alusão à temática pesquisada, como leis, decretos, editais de concurso, estatutos, portarias, destacando-se os elementos que retratam o histórico do cargo de diretor de escola em âmbito nacional, estadual e, especificamente, na Rede Municipal de Rio Claro.

Os locais de acesso à documentação de interesse foram bastante diversificados, recorrendo-se às páginas eletrônicas de entidades governamentais, mantidas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Portal do MEC, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Prefeitura e Câmara Municipal de Rio Claro, Secretarias de Educação e Arquivos Públicos Estaduais e Municipais, entre outras plataformas digitais.

No âmbito municipal, solicitou-se autorização de acesso aos documentos não disponibilizados eletronicamente na Internet, por meio de ofícios encaminhados ao Gabinete do Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores. O Arquivo do

Município dispensou essa formalidade, exigindo somente o preenchimento de um formulário da própria autarquia. Em atendimento a esses requerimentos, a Secretaria do Executivo forneceu cópias dos decretos municipais relacionados ao ensino, a Câmara Municipal disponibilizou a íntegra dos principais projetos de lei educacionais e o Arquivo Público liberou a consulta aos livros e atas contendo a transcrição das normas locais mais antigas.

De modo similar, um ofício foi enviado ao Secretário Municipal de Educação, solicitando permissão para acessar a documentação de posse daquele Órgão e efetuar pesquisas nos documentos que direta ou indiretamente poderiam ter relação com o tema investigado. Nesse requerimento, a relevância do estudo foi justificada com base no argumento de que o resgate histórico da construção da identidade de diretor de escola no município, juntamente com a análise das narrativas de profissionais que atuam e atuaram na administração das escolas, compõem um rico material científico apto a contribuir para o planejamento de novas ações voltadas à formação e ao aprofundamento dos estudos envolvendo as atividades dos gestores escolares.

A autorização do Secretário foi deferida sem percalços, permitindo que a coleta se realizasse a partir de novembro/2018, prosseguindo-se até o final do ano seguinte, devendo ser enaltecida a receptividade com que a pesquisadora foi acolhida no período de permanência no Setor de Recursos Humanos e na Biblioteca da Secretaria da Educação, tendo sido disponibilizado um local apropriado para a análise, organização e digitalização de todo o arcabouço de fontes documentais. Idêntica cordialidade foi demonstrada pelos demais órgãos públicos municipais mencionados anteriormente.

Após a fase de coleta, procedeu-se a uma triagem para eleger quais elementos passariam a integrar efetivamente o *corpus* de análise, mediante um exame acurado que definiu as fontes de maior interesse aos objetivos da pesquisa, promovendo uma reflexão acerca do conteúdo de cada documento coletado, no intuito de aferir se nele havia alguma informação relevante que contribuísse com o propósito do trabalho em execução.

Levando em conta todas essas considerações, constatou-se que a pesquisa documental complementou de forma adequada a pesquisa bibliográfica, uma vez que

permitiu o estabelecimento de novos e enriquecedores enfoques sobre os aspectos históricos que acompanharam a figura do diretor escolar, cumprindo um importante papel no processo de coleta de informações que proporcionaram uma melhor compreensão dos fatos sociais examinados.

Aplicação de entrevistas semiestruturadas

No desenvolvimento deste estudo, entendeu-se que seria fundamental ter acesso a informações que revelassem a visão subjetiva dos diretores de escola sobre a realidade que os cerca, acrescentando mais dados àqueles coletados por intermédio das pesquisas bibliográfica e documental, necessitando, para isso, de um outro tipo de instrumento.

A realização de entrevistas foi considerada como o mecanismo de coleta de dados adequado a esse intento, por envolver um contato pessoal que proporciona o entendimento das ideias, sentimentos, propósitos e valores manifestados nos discursos dos diretores a respeito do seu papel e dos elementos que ajudaram a construir a sua identidade profissional.

Na opinião de Duarte (2004), a entrevista é um procedimento que, se bem realizado, possibilita ao pesquisador levantar informações e indícios consistentes sobre os sentidos e significados atribuídos pelos participantes da pesquisa à realidade, permitindo que haja uma melhor compreensão do fenômeno estudado, mais difícil de ser alcançada por outros métodos de recolha de dados.

Lüdke e André destacam outra particularidade dessa técnica, chamando a atenção para o caráter de influência mútua que permeia a entrevista, destacando que, ao contrário de outros recursos de pesquisa, é estabelecida uma interação entre entrevistador e entrevistado:

Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 39).

Reportando-se à questão da interação, Marconi e Lakatos observam que uma das vantagens da entrevista refere-se ao fato de ser oferecida, pela proximidade entre pesquisador e participante, uma “maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas,

podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 95).

O intercâmbio estabelecido entre ambos não significa reduzir a entrevista a uma simples conversa, desconsiderando a sua função de coleta de dados. O que se busca com essa relação é instaurar um clima harmonioso propenso a contribuir para a obtenção do máximo de informações que possibilitem a compreensão do fenômeno pesquisado.

Outro ponto a ser considerado vincula-se à conveniência de sua aplicação em pesquisas que envolvam a rememoração de fatos decorrentes da trajetória de vida dos sujeitos, pois “se os objetivos da pesquisa se referirem a informações que não estão registradas ou disponíveis a não ser na memória ou pensamento das pessoas, então, a entrevista pode ser um meio apropriado” (MANZINI, 1991, p. 150).

Baseando-se nessas afirmações, julgou-se pertinente o uso da entrevista neste trabalho, uma vez que tal instrumento encontra-se em consonância com um dos propósitos da tese, que é estudar a identidade dos diretores de escola sob a ótica da subjetividade, por meio da narrativa sobre sua trajetória, o que envolve tanto a relação de interação pontuada por Lüdke e André (2013), como a possibilidade de recolha de informações presentes na memória (Manzini, 1991), especialmente no caso dos diretores mais antigos, que se encontram aposentados.

Consolidada a opção pela entrevista, procurou-se escolher o seu formato mais pertinente, optando-se pela entrevista semiestruturada, entendida como aquela que recorre a uma organização prévia das questões referentes ao tema de estudo em forma de roteiro, o qual não impede que no transcorrer da conversa “o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

Lüdke e André compreendem que a entrevista semiestruturada parece ser o tipo mais adequado para as pesquisas em educação, por valer-se de esquemas mais livres e menos estruturados, visto que “as informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível” (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 40).

O relato dos próprios diretores acerca da percepção de seu papel e de sua atuação, revelou-se profícuo no desvelamento de aspectos relativos à dinâmica das identidades, como foram construídas e reconstruídas, e quais aspectos influenciaram essa metamorfose, termo utilizado por Ciampa (1989) para se referir às transformações identitárias que se processam ao longo da vida.

Metodologia de Análise dos dados

Considerando que a realização de uma pesquisa envolve um diálogo entre “os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LÜDKE, ANDRÉ, 2013, p. 1-2), optou-se por desenvolver este trabalho a partir da articulação entre os elementos extraídos das fontes bibliográficas, documentais e das entrevistas aplicadas, utilizando como instrumento a análise de conteúdo, que no entendimento de Bardin é um conjunto de técnicas de análise que tem por objetivo obter indicadores quantitativos e qualitativos, por meio de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44).

A adoção dessa modalidade de análise não se limita à simples descrição de conteúdos, visto que contempla a realização de uma abordagem dos dados baseada no refinamento do olhar para além do que é aparente, na busca por indícios cuidadosamente postos em evidência, utilizando a inferência e a interpretação. Trata-se de procurar um texto atrás de outro texto, não manifesto na primeira leitura e que necessita ser desvelado por meio de procedimentos de maior ou menor complexidade.

Dessa forma, a análise de conteúdo consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação e as suas contribuições em prol do objetivo visado. Partindo dessa premissa, mediante consulta detalhada às comunicações orais e escritas compiladas, pretendeu-se compreender como essas manifestações expressam os significados atribuídos ao papel e à função do diretor de escola, bem como à constituição de sua identidade.

No curso da pesquisa, foi confirmada a importância dessa prática investigativa para a inspeção dos documentos oficiais que definem a história e o perfil dos diretores, uma vez que esses materiais ajudaram a entender o cenário social em que foram elaborados e quais intenções e valores se destacavam em cada período.

O mesmo raciocínio se aplica ao exame dos dados coletados por intermédio das entrevistas, as quais viabilizaram o acesso a um conjunto de informações relevantes para a confirmação das hipóteses levantadas mediante leitura e análise dos documentos coletados, convalidando a afirmação de Bardin, que considera indispensável esse recurso, pois ele fornece “um material verbal rico e complexo” (BARDIN, 2011, p. 93).

A análise do conteúdo empregada no tratamento dos documentos e das mensagens obtidas pelas entrevistas, aliada ao aprofundamento no exame do referencial teórico consultado, serviu de base para as interpretações e inferências promovidas no intuito de verificar e compreender os elementos que influenciaram a construção da identidade dos diretores das escolas públicas do município de Rio Claro.

Estrutura do Trabalho

A presente Tese está estruturada em três capítulos, precedida desta apresentação inicial, em que foram explicitados os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos e o tratamento dos dados.

No **capítulo 1** discutiu-se o conceito de identidade, fundamentando-se nos estudos de autores que se dedicaram ao tema, sobretudo Claude Dubar (2005) e Antonio da Costa Ciampa (1989), que contribuíram para a compreensão de questões referentes à construção das formas identitárias sob as perspectivas sociológica e psicológica, respectivamente. Essas referências foram utilizadas como suporte teórico para tentar esclarecer como foi se configurando a identidade dos diretores escolares e os fatores sociais e históricos intervenientes nesse processo, considerando a escola como local de socialização e de construção de formas identitárias.

O **capítulo 2** discorre sobre os aspectos históricos da construção identitária do diretor de escola, tecendo considerações acerca de sua trajetória no percurso da história da educação, desde o período jesuíta até o surgimento dos grupos escolares em São Paulo, abordando, em seguida, a influência de suas atribuições na configuração de sua identidade. Aborda também o diretor de escola no ensino de Rio Claro, contendo apontamentos sobre alguns temas vinculados à educação local, como os primeiros professores, o caráter suplementar reservado ao ensino municipal e a sua evolução gradativa até se chegar à consolidação da Rede Municipal de Ensino,

com a inauguração de escolas que tinham à frente um diretor, marcando o início de um novo período na educação rio-clarense, em que diversos atos legais e normativos passaram a estabelecer as regras aplicadas a esse sistema, como os estatutos do magistério público, o plano de cargos e salários e os editais de concursos públicos, entre outros, compondo um conjunto de documentos que contêm informações valiosas para compreender o perfil identitário desses profissionais.

O **capítulo 3** concentra-se na análise das entrevistas realizadas com os diretores de escola, procurando articulá-las com os dados obtidos nas fontes bibliográficas e documentais, objetivando estabelecer relações entre os vários discursos e buscando averiguar a compreensão desses sujeitos sobre o que deles era esperado em cada fase da história da Rede Municipal, quais os fatores intervenientes na conformação de sua identidade e se ocorreram mudanças significativas durante essa trajetória.

Ao final, serão apresentadas as considerações da pesquisadora a respeito dos resultados das análises sistemáticas realizadas no percurso investigativo, expondo o seu ponto de vista acerca do problema de pesquisa, na expectativa de contribuir para o enriquecimento do debate, estimulando outras iniciativas voltadas ao estudo da gestão escolar, especialmente no que concerne ao diretor de escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de entender como foi se constituindo a identidade do diretor de escola no município de Rio Claro e a influência dos elementos sociais e históricos nesse processo, foi executada uma pesquisa diversificada, que incluiu a consulta a obras de autores que abordam a formação identitária, a análise histórica do surgimento desse cargo e de sua evolução, o estudo sobre a criação da Rede Municipal de Ensino, além da realização de entrevistas semiestruturadas com um grupo de diretores municipais, aposentados e em exercício, a fim de examinar a construção das identidades pela perspectiva dos próprios sujeitos.

A articulação desses quesitos possibilitou uma melhor compreensão sobre a dinâmica das configurações e reconfigurações identitárias nos diferentes momentos de suas trajetórias profissionais, indicando as mudanças ocorridas nas concepções sobre o que é ser diretor de escola do município pela visão dos gestores e pelo olhar de terceiros, materializado nos documentos oficiais e no conjunto de símbolos, costumes e lembranças que compõem o imaginário coletivo.

De acordo com os aportes teóricos consultados, pela ótica sociológica, a identidade é produto de contínuas socializações, sendo resultado das interações entre os indivíduos num determinado contexto social, econômico e cultural, proporcionando uma recusa ou uma incorporação dos padrões gerais de conduta, que por sua vez são afetados pelas ações individuais.

De maneira semelhante, pelo prisma da psicologia social, a identidade é compreendida como uma espécie de metamorfose, constantemente renovada pela combinação de fatores inerentes às trajetórias individual e de trabalho, num cenário em que a participação dos outros é decisiva.

Observou-se uma convergência entre as duas referências teóricas utilizadas, especialmente pelo fato de considerarem que a identidade se constrói por intermédio das relações sociais, num processo marcado pela influência recíproca entre indivíduo e coletividade, evidenciando a importância da socialização na trajetória dos sujeitos e a relevância do seu papel como agentes transformadores da sociedade.

As pesquisas a respeito dos elementos históricos que envolveram o surgimento e a evolução do diretor de escola retrocederam ao início do período colonial, quando predominava a educação jesuíta, cujos colégios eram administrados por um reitor,

que desempenhava funções consideradas semelhantes às daquelas dos atuais gestores escolares.

No tempo do Império, a figura do diretor de escola aparece nos colégios particulares, estando ausentes das escolas públicas de primeiras letras, constituídas por classes isoladas, em que as atividades administrativas eram executadas pelos próprios professores. Por outro lado, o ensino secundário ministrado nos liceus passou a ser planejado de maneira diferente, com a previsão de ter um diretor responsável por essas entidades, em razão de se tratar de instituições mais complexas, que necessitavam de alguém capaz de coordenar os recursos materiais e humanos disponíveis para o alcance das suas finalidades.

Essa realidade se manteve até o período da Proclamação da República, quando foram implantados os primeiros grupos escolares no estado de São Paulo, reorganizando os espaços de ensino primário, cuja administração ficou a cargo dos diretores de escola, num momento em que novos papéis foram estabelecidos, mediante uma divisão de tarefas que deu ensejo à construção de um perfil identitário específico desse profissional.

Nas décadas que se seguiram, o ensino paulista foi sendo organizado com base no compartilhamento de responsabilidades entre o estado e os municípios, atuando de forma concorrente, cabendo às autoridades estaduais responder pela fiscalização e orientação pedagógica, enquanto a administração local oferecia um suporte complementar.

Nessa época, em Rio Claro, o cargo de diretor de escola não integrava o quadro de servidores do município, situação que começou a se modificar quando teve início a estruturação de uma rede de ensino própria, com a previsão da criação de parques infantis que seriam dirigidos por professoras designadas por meio de indicações políticas.

Esse critério de seleção denota um cenário marcado pelo paternalismo e pelo clientelismo, fatores que repercutiram na configuração identitária das primeiras diretoras, pois gerava um sentimento de gratidão, de lealdade e também de incerteza, diante da interinidade da função e da possibilidade de serem exoneradas a qualquer tempo, fazendo com que adotassem uma atitude de conformismo, assumindo uma identidade de continuidade, de não emancipação.

Por conta dessa insegurança, o primeiro grupo de diretoras municipais, autointituladas de andorinhas, mobilizou-se para reivindicar direitos, desenvolvendo uma identidade política e uma consciência de classe que se mostraram decisivas na defesa de suas prerrogativas, com uma atuação que redundou na aprovação do Estatuto do Magistério Público Municipal de 1986 e na publicação do edital do primeiro concurso de ingresso realizado no ano de 1987, pelo qual se tornaram efetivas em seus cargos, dando ensejo a uma reconfiguração de suas identidades, em virtude da maior autonomia adquirida, atenuando a passividade que antes era mais marcante.

A esse primeiro certame, seguiram-se outros, tendo em comum a concessão de uma pontuação extra aos que já exerciam a função concorrida e a exigência de um tempo de trabalho na própria Rede Municipal para que o candidato pudesse participar da seleção, de sorte que se tratava de concursos internos, não abertos ao público em geral, revelando a presença de um espírito corporativo nesse processo.

Tais regras foram questionadas por órgãos de controle externo, sendo reformuladas a partir do novo Estatuto aprovado em 2007, fato que influenciou os concursos subsequentes, os quais passaram a ser abertos a profissionais do magistério pertencentes a quaisquer sistemas de ensino e não somente àqueles que já tinham um vínculo profissional com o município.

Com a implantação do concurso, novos perfis identitários foram configurados, visto que a ingerência da classe política no sistema educacional foi mitigada, representando um movimento de ruptura com a situação antes estabelecida, pautada pela gratidão, lealdade e troca de favores, ocorrendo uma mudança na maneira como os diretores passaram a interpretar o seu papel e a entender a sua identidade, num processo de recusa ao modo como eram vistos anteriormente.

Portanto, a forma de provimento do cargo de diretor transitou da indicação política para o concurso interno e depois para o concurso público externo propriamente dito, em consonância com as determinações contidas na Constituição Federal de 1988, a qual também destaca a gestão democrática como um dos princípios que deve reger o ensino público.

O referido princípio constitucional, reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, afetou as relações dentro das unidades escolares, passando a ser um tema recorrente nos concursos realizados a partir do ano de 1999,

deduzindo-se que formalmente era esperado do diretor um comportamento condizente com o novo modelo de gestão, afastando o perfil centralizador e autoritário para dar lugar a uma postura mais aberta à participação coletiva, delegando poderes em uma estrutura organizacional horizontalizada, com a pretensão de integrar a escola, a família e a comunidade, significando dizer que ao invés de ser um preposto das instâncias superiores na escola, ele deveria ser um representante da escola perante as instâncias superiores.

Essa circunstância repercutiu na conduta dos diretores de escola e em suas configurações identitárias, confirmando a importância do contexto histórico e social nesse processo, como revelaram as respostas concedidas por ocasião das entrevistas efetuadas, quando se manifestaram a respeito de vários aspectos envolvendo suas atividades profissionais.

Os pronunciamentos referentes ao ingresso no magistério e à opção pela gestão escolar indicaram que uma parcela dos entrevistados não mantinha um vínculo estável e duradouro com as instituições nas quais trabalhavam antes do ingresso na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, possuindo uma forma identitária que Dubar (2005) classifica como autônoma e incerta, a qual se alterou depois de serem admitidos, para uma identidade de responsável em promoção interna, caracterizada pela afinidade com a instituição e pela busca de uma ascensão profissional dentro dela.

Todos consideram a formação continuada como uma oportunidade de aperfeiçoamento de suas práticas, repercutindo positivamente no resultado de seu trabalho. Entretanto, julgam que não existe um processo formativo que atenda às necessidades de atualização profissional, pois a prioridade das instâncias superiores é transmitir orientações técnicas voltadas para a área administrativa, sem grandes preocupações com outros saberes essenciais ao exercício da atividade gestora, voltados aos aspectos pedagógicos e relacionais.

O entendimento de que gerir uma escola é gerir pessoas está presente no discurso da maioria dos entrevistados, reconhecendo que a gestão do cotidiano de uma unidade escolar não deve ser exercida com base na improvisação. Desse modo, a formação se constitui num elemento norteador do trabalho, criando condições para

a construção de identidades orientadas por reflexões a respeito do que é ser gestor e de qual é a sua função social dentro da escola.

Por outro lado, a ausência de um planejamento formativo adequado, aliada à falta de espaço oficiais para troca de experiências, dificultam o desenvolvimento de identidades emancipatórias e estimulam o conformismo e a resignação, reforçando a identidade pressuposta de mero executor, sem oportunidade para opinar e participar das decisões acerca de temas relevantes relacionados ao ensino.

No tocante às relações mantidas com terceiros, as declarações sinalizam que a interação entre diretoras e vice-diretoras sempre foi salutar, enquanto o relacionamento com as professoras coordenadoras evoluiu ao longo do tempo, enfrentando uma resistência inicial na época em que essa função foi criada, até que passou a ser reconhecida como uma figura importante no ambiente escolar, tornando-se mais uma parceira para compartilhar decisões, atenuando os efeitos da excessiva carga de trabalho a que se submetem os gestores e colaborando para uma reconfiguração de suas identidades, já que tiveram de reavaliar a postura mais centralizadora que antes prevalecia.

Com referência à participação da comunidade nos assuntos educacionais, notou-se uma diferença entre o posicionamento dos antigos e dos novos diretores, pois enquanto os primeiros estavam satisfeitos com um comprometimento pouco efetivo e restrito às tarefas executórias, a nova geração demonstrou uma outra compreensão sobre o tema, ponderando que devem ser estudadas ações para que seja superado esse interesse limitado e reconhecendo a necessidade de uma conscientização maior sobre a importância da participação efetiva da comunidade nas questões fundamentais da escola, externando uma autocrítica a respeito do papel que devem desempenhar nesse processo.

Nessa atitude, vislumbra-se um movimento de resistência, que corresponde à expressão de uma identidade de ruptura contra a visão tradicional anteriormente dominante, sendo plausível considerar que tal preocupação pode ser atribuída a um novo contexto social que possibilita e estimula as discussões a respeito das melhores estratégias para a implementação da gestão democrática na área da educação.

No que diz respeito à relação com as instâncias superiores, não foi observada uma diferença significativa entre a visão dos antigos e dos novos diretores. Os relatos

apontam que prevalece um sentimento de insegurança e de falta de empatia, concluindo-se que, na visão dos entrevistados, essa interação não atende aos seus anseios.

Entende-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido e é esperado que este trabalho seja visto como uma oportunidade de reflexão, que abra espaço para a construção de uma cultura de parceria pautada pelo diálogo e pela participação.

As respostas às perguntas relativas às rotinas e às condições de trabalho revelam que os diretores entrevistados reservam grande parte de seu tempo para os encargos administrativos, contrariando a vontade de estarem mais próximos das atividades pedagógicas, evidenciando-se que ainda trazem consigo muitos vestígios da identidade docente anterior.

Os diretores de escola concordam que a sua função sofreu alterações com o passar do tempo, adequando-se às transformações ocorridas na sociedade. Em suas declarações, são feitas referências às mudanças no modo de pensar e de agir, nas expectativas que recaem sobre o seu desempenho e na maneira como veem o seu papel, repercutindo no movimento de construção e reconstrução de suas identidades, apesar de ainda predominar, no imaginário coletivo, a concepção do gestor como um burocrata e um sujeito incumbido de fiscalizar, acompanhar e prestar contas sobre o que ocorre dentro da escola.

No início da Rede Municipal de Ensino, vigorava um regime político de exceção, condizente com uma posição mais firme e autoritária, que foi se tornando anacrônica, passando a ser valorizada uma conduta aberta ao diálogo e à participação coletiva na tomada de decisões, sendo esperado do diretor de escola uma reformulação de seu perfil em face da nova realidade, o que atesta o caráter dinâmico das identidades e a influência dos contextos nesse movimento.

Os entrevistados entendem que os aspectos inerentes à valorização de sua função não se limitam a questões puramente financeiras, abarcando outros elementos que podem proporcionar incentivo e segurança no exercício de seu trabalho, incluindo retaguarda, reconhecimento, aprovação e respeito de terceiros, enaltecendo assim a contribuição do outro na formação da identidade para si, em uma combinação com as suas próprias concepções a respeito de como se enxergam e se definem.

Essas autodefinições recorreram a perspectivas diversificadas sobre o que significa ser diretor de escola, havendo aqueles que se consideram em processo de aprendizagem, buscando novos conhecimentos, enquanto outros tentam entender o seu papel no sistema de ensino, inferindo-se que tais opiniões representam uma atitude de não estagnação, conscientes de que se submetem a mudanças contínuas, reconhecendo que a identidade é uma condição não estável, sujeita a movimentos ininterruptos de estruturação e reestruturação.

Assim, a formação identitária é permeada por idas e vindas, sem fidelidade a modelos fixos e imutáveis, expressando um dinamismo inerente ao seu caráter de não linearidade, que no caso dos diretores do município de Rio Claro, parece transitar de uma conduta centralizadora para uma atuação mais aberta à participação coletiva, que abandona a tendência autoritária e se aproxima das concepções vinculadas à gestão democrática do ensino, em um ritmo próprio, lento e gradual, ainda não finalizado.

Por todo o exposto, entende-se que foram alcançados os objetivos geral e específicos que nortearam a elaboração deste estudo, tendo sido desenvolvido um levantamento histórico sobre o surgimento do cargo de diretor de escola e o perfil desse profissional, expondo os elementos que influenciaram a configuração de sua identidade ao longo do tempo, descrevendo-se também a história da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro, a forma como o diretor de escola municipal foi inserido nesse processo e a evolução de sua participação no sistema de ensino local, além de ter sido feita uma análise de como os diretores de escola, sob o seu ponto de vista, definem o seu papel dentro da instituição escolar.

É plausível considerar que as informações coligidas possibilitaram uma boa compreensão de como vem sendo construída a identidade de diretores de escola na Rede Municipal de Ensino de Rio Claro-SP e da influência dos processos relacionais e do contexto sócio-histórico nesse percurso, fatores que se mostram decisivos na forma como os indivíduos assimilam papéis e adotam comportamentos.

Assim como os professores aprendem a ensinar e constroem saberes didáticos, os diretores constituem maneiras de atuar e identidades ao longo do tempo, as quais repercutem no clima organizacional e nas crenças e valores que permeiam

o ambiente escolar, podendo limitar uma gestão pautada pela participação coletiva ou contribuir positivamente para essa integração.

Na condição de responsável pela organização da escola e pelo estabelecimento de uma relação dialógica com todos os sujeitos que interna e externamente estão em contato com a instituição, o papel do diretor revela-se complexo e desafiador, devendo se empenhar para que essas interações se estabeleçam harmoniosamente, por meio de estratégias e ações que estimulem o diálogo e a participação de todos, contribuindo para um ensino de qualidade que irá refletir na experiência de vida não só dos alunos, mas também das demais pessoas que convivem nesse espaço coletivo.

Acredita-se que este trabalho acadêmico pode contribuir para a ampliação das pesquisas sobre gestão escolar, oferecendo-se como possibilidade de fomento e disseminação de conhecimentos que sejam úteis para outros estudos a respeito da importância do papel do diretor no exercício de uma gestão efetivamente democrática, que supere um modelo de democracia de vitrine ineficiente, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, para o planejamento de ações futuras que procurem aprimorar a qualidade da formação ofertada a esses profissionais, bem como minimizar e corrigir eventuais deficiências quanto à forma de tratar as questões relacionadas a uma atividade tão complexa e desafiadora.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. C. L. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro - São Paulo (1889-1920)**. Orientador: Maurilane de Souza Biccás. 2013. 302 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03022014-161506/pt-br.php>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 63-71.
- ALONSO, M. **O papel do diretor na administração escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- ALVES, C. S. *et al.* Identidade profissional de professores: referencial para pesquisa. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 15, p. 269-283, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/166/176>. Acesso em: 1 maio 2020.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTONIO Jacintho Xavier Cabral. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 1, p. 191-192. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5411>. Acesso em: 1 fev. 2020.
- ANTONIO Jacintho Xavier Cabral. In: SILVA, I. F. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p. 157-158. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5430>. Acesso em: 1 fev. 2020.
- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2012.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução: R. L. FERREIRA. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BALL, S. J. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: L. A. RETO, A. PINHEIRO. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: C. A. MEDEIROS. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BELL, J. **Como realizar um projeto de investigação**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2010.
- BELLO, R. A. **Administração escolar**. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

BORGES, V. P. **O que é história**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 7 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Aviso nº 13 do Império, de 18 de janeiro de 1862. Ao Inspetor geral da Instrução primária e secundária declarando o que se deve entender por escola, e colégio, para os fins de que tratam os arts. 100 e 102 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, e tabela anexa ao Decreto n. 1.600 de 10 de Maio de 1855. **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1862**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 3, p. 15-16, 1862. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Carta Régia de 14 de setembro de 1820. Approva o estabelecimento de um collegio de educação creado na Villa do Recife, em Pernambuco. **Collecção das leis do Brazil de 1820**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 85, 1889b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Decisão nº 38, de 17 de março de 1827. Manda que os professores das escolas de ensino mutuo remetam de seis em seis mezes uma conta circunstanciada do estado das mesmas escolas. **Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1827**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 33, 1878a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Decisão nº 570, de 7 de dezembro de 1875. Incidência do imposto de indústria sobre atividades dos diretores de colégios. **Collecção das decisões do Governo do Império do Brazil de 1875**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, tomo XXXVIII, 1876. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18560/collecao_leis_1875_parte3.pdf?sequence=4. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Decisão nº 9, de 17 de janeiro de 1826. Remette aos directores das escolas de ensino mutuo os exemplares do paradigma dos registros necessarios á manutenção das mesmas escolas. **Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil de 1826**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 6, 1881. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Decreto de 15 de março de 1836. Mandando observar como Regulamento das Escolas de primeiras letras da Côrte e Municipio, as providencias e determinações annexas a este Decreto. **Coleção das Leis do Império do Brasil de**

1836, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 2, p. 13-17, 1861. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>. Acesso em: 9 fev. 2020.

BRASIL. Decreto de 30 de junho de 1821. Permite a qualquer cidadão o ensino e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame ou licença.

Coleção das leis do Brasil de 1821, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 18, 1889a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 1, parte 2, 1854. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do imperio. **Coleção das leis do Brasil de 1827**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 1, p. 71-73, 1878b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. 1, p. 15-22, 1866. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 maio 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Mapa da Coleta. **Censo Escolar 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1838**, Rio

de Janeiro: Typographia Nacional, v. 2, p. 61-96, 1839. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CACIOPPO, J. T.; PATRICK, W. **A natureza humana e a necessidade de vínculo social**. Rio de Janeiro: Record, 2010. *E-book*.

CAMPOS, Z. F. de. **Centenário de Rio Claro**. Rio Claro: Conrado, 1929.

CARRIERI, A. P.; PAULA, A. P. P.; DAVEL, E. Identidade nas organizações: múltipla? fluida? autônoma?. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 127-144, jun. 2008. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/v15n45a10.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

CARVALHO, R. G. G. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s. l.], v. 39, n. 2, jun. 2006. Disponível em: <http://www.rieoei.org/1434.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. Entrevista. **Construção Pedagógica**, São Paulo, v. 14, n. 1, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020.

CIAMPA, A. C. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. **Interações**, São Paulo, v. III, n. 6, p. 87-101, jul./dez. 1998.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 58-75.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista Histedbr on-line**, Campinas, n. especial, p. 124-139, ago 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4917/art9_22e.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

CORREIA, D. C. N. **Nuances da ação gestora na educação jesuítica**: análise do ratio studiorum. 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado profissional em gestão nas organizações aprendentes) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DANTAS, S. S. **De refém a protagonista**: o desenvolvimento de identidades políticas e projetos de vida tornando o consumo um viabilizador de identidades emancipadas. Orientador: Antonio da Costa Ciampa. 2013. 206 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/17041. Acesso em: 14 maio 2020.

DEGORTES, M. O Nobile Uomo António Jacinto Xavier Cabral, negociante de quadros antigos em Roma. *In*: SOARES, C. M.; MARIZ, V. (coord.). **Dinâmicas do patrimônio artístico: circulação, transformações e diálogos**. Lisboa: Artis, 2018. p. 268-277. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37511>. Acesso em: 21 set. 2020.

DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, R. **Construindo a democracia na cidade**: a experiência em Rio Claro (SP). Rio Claro: [s. n.], 2002. Disponível em: <https://www.claudiodimauro.com.br/pagina-4-1>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DICK, S. M. Ensino secundário na Bahia - O Liceu Provincial. *In*: FERRONATO, C.; CONCEIÇÃO, J. T. **Liceus e Ateneus no Brasil nos Oitocentos**: História e memória. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. cap. 1, p. 17-38.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

DUBAR, C. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Tradução: C. MATOS. Porto: Afrontamento, 2006.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução: Andrea Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. Tradução: AKAOU, R. C.; FERREIRA, M. T. **Plural**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 175-184, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74528>. Acesso em: 5 fev. 2022.

ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. *In*: MACHADO, M. N. M. *et al.*, (org.). **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 45-60.

FARIA, E.; SOUZA, V. L. T. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 35-42, jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/DTxHk78xxwXWq6gcH7RKjQG/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2020.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAIZ, R. C. C. **O imaginário de poder e autoridade e a gestão escolar**. Orientador: Joyce Mary Adam de Paula e Silva. 2013. 175 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Unesp de Araraquara, Araraquara, 2013. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101520/fraiz_rcc_dr_arafacl.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 maio 2021.

FRANÇA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: ratio studiorum. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREITAS, L. C. *et al.* Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. *In*: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. (org.). **Escola viva**: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas: Mercado das Letras, 2004. p. 61-88.

GADOTTI, M. **Educação popular e educação ao longo da vida**. [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

GALLINDO, J.; ANDREOTTI, A. L. A administração escolar no nacional desenvolvimentismo (1946-1964). *In*: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012. cap. 6, p. 125-145.

GERHARDT, T. G.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

HOBOLD, M. S. **A constituição das formas identitárias dos professores/chefes de departamento dos cursos de licenciatura**. Orientador: Marli Eliza Dalmazo Afonso de André. 2008. 199 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Acesso em: 1 maio 2020.

HOJAS, V. F. **Formação e função do diretor de escola**: análise a partir dos concursos públicos realizados na rede estadual de ensino de São Paulo (1979 - 2007). Orientador: Graziela Zambão Abdian. 2011. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/hojas_vf_me_mar.pdf. Acesso em: 14 fev. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10-19.

LARA JUNIOR, N.; LARA, A. P. S. Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, ed. e171283, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171283.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: H. MONTEIRO, F. SETTINERI. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFONE, F. R. **Gestão escolar: sentido, significado e presença**. São Paulo: PoloBooks, 2018.

LIMA, A. F. **Sufrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. Orientador: Antonio da Costa Ciampa. 2009. 285 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/17369. Acesso em: 14 maio 2020.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Organização e administração escolar: curso básico**. 8. ed. Brasília: Inep/Mec, 2007.

LÜCK, H. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2013.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **INTERAÇÕES**, São Paulo, v. VII, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MAIA, R. D. **O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5661/1723.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTOS, R. M.; CASTANHO, M. I. S.; FERREIRA, R. F. Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade: uma leitura da autobiografia de Esmeralda. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 82-96, 1. sem. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/issue/view/578>. Acesso em: 7 maio 2020.

MAZON, C. C. X. **O mal-estar docente em gestores escolares**. Orientador: Lucia Pereira Leite. 2012. 69 p. Dissertação (Mestrado em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/232137>. Acesso em: 13 maio 2022.

MENESES, J. G. C. **Direção de grupos escolares**: análise de atividades de diretores. São Paulo: MEC, INEP, Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, 1972. v. 9.

MINAS GERAIS. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores. **Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835-1888)**, Ouro Preto: Typografia de Silva (reimpressão), p. 27-33, 1846. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/5055>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1939. v. 2.

MOLETTA, A. F. **A contrução da prática pedagógica por professores universitários de educação física jovens doutores**. Orientador: Karina Soledad Maldonado Molina. 2019. 281 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07122019-175602/pt-br.php>. Acesso em: 2 maio 2020.

MOLINA, T. C. **Almanak de S. João do Rio-Claro para 1873**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1981. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/117>. Acesso em: 4 abr. 2021.

MOTTA, J. I. S. **Conferencias officiaes sobre instrucção publica e educação nacional**. Rio de Janeiro: Tipógrafo e Editor Dias da Silva Junior, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242363>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NÓVOA, A. Formação de professores e formação docente. *In*: NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. *In*: NÓVOA, A. (coord.). **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 13-43.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. *In*: NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2000. v. 4, cap. 1, p. 11-25.

PACHECO, K. M. B.; CIAMPA, A. C. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 163-167, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/issue/view/7773>. Acesso em: 5 maio 2020.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, V. H. **Diretor escolar**: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015.

PENTEADO, O. A. **Miscelânea**. Piracicaba: Shekinah, 1984.

PIOLLI, E. **Identidade e trabalho do diretor de escola**: reconhecimento e sofrimento. Orientador: José Roberto Montes Heloani. 2010. 214 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251484>. Acesso em: 25 abr. 2020.

POLON, T. L. P. Perfis de Liderança e seus reflexos na Gestão Escolar. **Reunião Anual da Anped**, Natal, ano 2011, v. 34, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT14/GT14-965%20int.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

RIO CLARO. Decreto nº 1.900, de 29 de janeiro de 1971. Aprova o regulamento interno do parque infantil municipal Dr. Paulo Koelle. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1971.

RIO CLARO. Decreto nº 2.025, de 31 de janeiro de 1973. Aprova o regulamento interno do centro educacional e recreativo municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1973.

RIO CLARO. Decreto nº 2.465, de 11 de janeiro de 1980. Altera os nomes das unidades de recreação infantil municipais. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio claro, 1980.

RIO CLARO. Decreto nº 2.683, de 3 de março de 1982. Aprova o regulamento da gratificação de mérito. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1982.

RIO CLARO. Decreto nº 7.289, de 31 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a outorga do diploma de professor honorário e professor emérito a ser conferido pela Secretaria

Municipal da Educação e dá outras providencias. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2005a.

RIO CLARO. Decreto nº 7.533, de 29 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a nomeação ao cargo de diretor de escola. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2005b.

RIO CLARO. Lei Complementar nº 109, de 11 de dezembro de 2015. Altera o Estatuto do Magistério Público Municipal de 2007. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2015a. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20150109&NroLei=109&Word=&Word2=>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RIO CLARO. Lei Complementar nº 24, de 15 de outubro de 2007. Dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2007a. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20070024&NroLei=024&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 1.027, de 28 de novembro de 1966. Autorização para receber doação de material destinado instalação de parque infantil. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1966. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19661027&NroLei=1.027&Word=&Word2=>. Acesso em: 13 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 1.187, de 10 de novembro de 1970. Cria o parque infantil municipal modelo. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1970. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19701187&NroLei=1.187&Word=&Word2=>. Acesso em: 13 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 1.523, de 30 de novembro de 1978. Modifica a legislação que regula o trabalho do professorado municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1978. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19781523&NroLei=1.523&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 1.682, de 3 de julho de 1981. Modifica a legislação que regula o trabalho do professorado municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1981. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19811682&NroLei=1.682&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 1.956, de 8 de março de 1985. Cria doze cargos de diretores de escola municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1985. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19851956&NroLei=1.956&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 2.081, de 31 de outubro de 1986. Dispõe sobre o estatuto do magistério público do município de Rio claro e dá outras providências. **Prefeitura**

Municipal de Rio claro, Rio Claro, 1986b. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br>. Acesso em: 11 abr. 2020.

RIO CLARO. Lei nº 29, de 5 de julho de 1948. Regulamenta o ensino municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1948. Disponível em:
<https://cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=9320/1948/L0029>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIO CLARO. Lei nº 3.096, de 22 de março de 2000. Reorganiza o estatuto do magistério público de Rio Claro. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2000. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20003096&NroLei=3.096&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 3.427, de 13 de abril de 2004. Dispõe sobre o sistema municipal de ensino de Rio Claro. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2004a. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20043427&NroLei=3.427&Word=&Word2=>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 3.777, de 15 de outubro de 2007. Institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos do magistério público municipal de Rio Claro público. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2007b. Disponível em:
<https://cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=9320/2007/L3777>. Acesso em: 16 dez. 2020.

RIO CLARO. Lei nº 4.886, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2015b. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20154886&NroLei=4.886&Word=&Word2=>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 4.917, de 11 de dezembro de 2015. Altera o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2015c. Disponível em:
<https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20154917>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 401, de 6 de fevereiro de 1956. Transforma jardins de infância em cursos primários. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1956. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19560401&NroLei=401&Word=&Word2=>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 568, de 2 de janeiro de 1958. Cria dois parques infantis no município de Rio Claro. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1958. Disponível em:
<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19580568&NroLei=568&Word=&Word2=>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIO CLARO. Lei nº 67, de 14 de janeiro de 1908. Organização do ensino público municipal. **Câmara Municipal de Rio claro**: Livro do Tombo nº 1, Rio Claro, 14 jan. 1908.

RIO CLARO. Projeto de Lei nº 16, de 18 de março de 1986. Propõe a aprovação do estatuto do magistério e do ensino municipal. **Câmara Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1986a.

RIO CLARO. Secretaria Municipal da Educação. Torna público a abertura de inscrição ao concurso público de provas e títulos. Edital nº 2/2012, de 18 de abril de 2012. **Diário Oficial do Município**, Rio Claro, ano III, n. 396, p. 4-12, 2012.

Disponível em:

https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2012/04/20120418_396.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

RIO CLARO. Secretaria Municipal da Educação. Torna público a abertura do 1º concurso público para o provimento de cargo de docentes e diretores de escola. Edital de 10 de janeiro de 1987, referente à abertura das inscrições. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1987.

RIO CLARO. Secretaria Municipal da Educação. Torna público a abertura do 2º concurso público para o provimento de cargos de diretor de escola. Edital de 1º de fevereiro de 1996, referente à abertura das inscrições. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1996.

RIO CLARO. Secretaria Municipal da Educação. Torna público a abertura do 3º concurso público para o provimento de cargos de diretor de escola. Edital de 9 de novembro de 1999, referente à abertura das inscrições. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 1999.

RIO CLARO. Secretaria Municipal da Educação. Torna público a abertura do 4º concurso público para o provimento de cargos de diretor de escola. Edital de 16 de março de 2004, referente à abertura das inscrições. **Prefeitura Municipal de Rio Claro**, Rio Claro, 2004b.

RIO CLARO. Secretaria Municipal de Educação. Torna público a abertura de inscrição ao concurso público de provas e títulos. Edital nº 1, de 3 de junho de 2016. **Diário Oficial do Município**, Rio Claro, n. 765, p. 16-37, 2016. Disponível em: https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/06/20160603_765.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

RIO CLARO. Secretaria Municipal de Educação. Torna público a abertura de inscrição ao concurso público de provas e títulos. Edital nº 3, de 7 de novembro de 2007c. **Diário Oficial do Município**, Rio Claro, ano II, n. 82, p. 25-36, 2007. Disponível em: https://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2007/11/20071108_082.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 30, de 30 de março de 1835. Aprovando os Estatutos para servirem de Regulamento ao Atheneu da Capital. **Legislação Educacional da Província do Rio Grande do Norte**: 1835-1889, Brasília: Inep, p.

16-20, 2004. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/515930. Acesso em: 14 fev. 2020.

SANT'ANA, J. R. **A educação em Rio Claro no século XIX**: apontamentos históricos no ensino elementar no oeste paulista. Orientador: Marília Martins Coelho. 1993. 193 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1993.

SANTOS, C. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interacções**: Sociedade e as novas modernidades, Coimbra, n. 8, abr. 2005. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/issue/view/9>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SANTOS, C. R. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

SANTOS, M. O. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, p. 27-43, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042011003.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Ato nº 11, de 24 de fevereiro de 1956. Dispõe sobre o regimento interno dos grupos escolares do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo: Imprensa Oficial, ano LXVI, n. 46, p. 19-25, 28 fev. 1956. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 10.623, de 26 de outubro de 1977. Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1.º Grau. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1977. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-10623-26.10.1977.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 17.329, de 14 de julho de 1981. Define a estrutura e as atribuições de órgãos e as competências das autoridades da Secretaria de Estado da Educação. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1981. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1981/decreto-17329-14.07.1981.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 2.225, de 16 de abril de 1912. Manda observar a Consolidação das leis, decretos e decisões sobre o ensino primário e as escolas normais. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1912. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1912/decreto-2225-16.04.1912.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Aprova o regimento interno das escolas públicas. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137372>. Acesso em: 8 mar. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 5.586, de 5 de fevereiro de 1975. Dispõe sobre atribuições dos cargos e funções do Quadro do Magistério. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1975. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto-5586-05.02.1975.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1933. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Inspectoria Geral do Ensino. Directoria Geral da Instrução Publica. **Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: 1911-1912**. São Paulo: Siqueira, Nagel & Cia, 1911. Disponível em: http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19110000.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Inspectoria Geral do Ensino. Diretoria da Instrução Pública. **Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908**. São Paulo: Augusto Siqueira, 1908. Disponível em: http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19070000.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1985. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947. Dispõe sobre a organização dos municípios. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1947. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1947/lei-1-18.09.1947.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 1.038, de 19 de dezembro de 1906. Dispõe sobre a organização municipal. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1906. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=136033>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria Estadual da Educação. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 67, de 18 de março de 1998. Aprovam-se as normas regimentais básicas para as escolas estaduais. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Poder Executivo, Seção I, São Paulo: Imprensa Oficial, ano 108, p. 19-23, 21 mar. 1998.

SÃO PAULO (ESTADO). Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Processo nº TC. 001055/010/06**. Sentença de 30 de janeiro de 2013. Admissão de Pessoal – Concurso Público de 2004. Auditor Josué Romero. São Paulo, 16 abr. 2013.

Disponível em: http://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/220334.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo nº TC. 001762/010/98**. Sentença de 5 de junho de 2002. Admissão de Pessoal. Relator Robson Marinho. São Paulo, 12 jun. 2002. Disponível em: http://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/304606.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). Lei nº 29, de 16 de março de 1847. Dá regulamento aos liceus criados por lei provincial de 13 de março de 1846. **Assembleia Legislativa da Província de São Paulo**, São Paulo, 1847. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139711>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). Lei nº 33, de 13 de março de 1846. Cria dois liceus na Província, um na cidade de Taubaté e outro na de Coritiba. **Assembleia Legislativa da Província de São Paulo**, São Paulo, 1846a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139679>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). Lei nº 34, de 16 de março de 1846. Dá nova organização às escolas de instrução primária, e cria uma escola normal. **Assembleia Legislativa da Província de São Paulo**, São Paulo, 1846b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139680>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). Lei nº 7, de 4 de março de 1843. Cria cadeiras de primeiras letras em diversos lugares da Província. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1843. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139595>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). Lei nº 81, de 6 de abril de 1887. Reforma a instrução pública da Província. **Assembleia Legislativa da Província de São Paulo**, São Paulo, 1887. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139164>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SARUBI, E. R. Gestão democrática: repercussões na identidade e profissão dos diretores escolares. In: VI SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: http://estrado.fae.ufmg.br/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/politicas_neoliberais.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

SECO, A. P.; ANANIAS, M.; FONSECA, S. m. Antecedentes da administração escolar até a república (...1930). **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, n. especial, p. 54-101, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art7_22e.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA JÚNIOR, C. A. **A escola pública como local de trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, D. P. **Vocabulário Jurídico**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, J. M. A. P. A construção da identidade de diretores: discurso oficial e prática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 211-230, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n3/v27n3a11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, T. R. P. Democracia liberal e pluralismo identitário: diferenciações nas políticas identitárias e nas possibilidades de identidades políticas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 1., 2002, São Paulo. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2002. Tema: Identidade Política e Políticas de Identidade, p. 1441-1442. Disponível em: <http://anais.cbp.cfp.org.br/congre/downloads.asp>. Acesso em: 17 maio 2020.

TABACCHI, J. R. **O cargo de diretor de escola**: origem e evolução no sistema escolar paulista. Orientador: Myrtes Alonso. 1979. 122 p. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979.

VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XIX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. cap. 5, p. 78-90.

VISSOCI, J. R. N. **A influência do contexto bioecológico no processo de formação da identidade no esporte**: possibilidades de colonização ou emancipação para atletas de futsal. Orientador: Antônio da Costa Ciampa. 2015. 181 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/17086>. Acesso em: 16 maio 2020.

ZANATTA, M. S. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n. 132, p. 41-54, dez. 2011. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.